



A Queridinha da Professora¹

Beatriz Adão Pascoal da Costa²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

No presente trabalho abordaremos a constatação de uma mulher imigrante angolana, que escolheu o Brasil como o lugar do novo. É no novo, o local dos sonhos, onde frustrações, decepções, descobertas e desânimos surgem. Afinal, nem tudo é conforme o imaginado. O transporte compulsório do africano para o continente americano acabou deixando sequelas na vida dos negros na diáspora. Entendemos que o trabalho escravo é subumano, o que marcou definitivamente o imaginário coletivo brasileiro, mas não só. O africano, como subumano, convive com esse reconhecimento falho, o que inviabiliza, de todas as formas, qualquer possibilidade de construir e articular a própria identidade. Não é de pouca importância, no sentido da construção da autoimagem, ser-se africano e, por isso, desalmado. A não aceitação, da parte dos outros ou da alteridade em reconhecer a humanidade do africano, tem levado à prevalência do velho jargão segundo o qual o negro é desprovido de inteligência e, por isso, condenado à condição de animal de carga. Então, qualquer ato de mérito do africano, do negro, seja de que nacionalidade for, é transferido a terceiros e não tributado ao mesmo. É na trajetória acadêmica, no lugar de fala onde os mais diversificados estereótipos contra o negro se fazem sentir. Objetivamos através deste artigo apresentar a trajetória acadêmica de uma mulher imigrante que enfrenta no percurso os mais diversificados preconceitos por ser africana e negra.

Palavras-chave: Imigração Africana; Mulheres; Discriminação.

Introdução

O presente artigo traz como título: “A Queridinha da Professora” e aborda a história de uma jovem mulher negra que deixou sua terra natal – Angola - pela primeira vez em 1999. Naquele momento, seu país enfrentava um período longo de guerra civil que precarizava as condições reais de existência. A despeito disso, ela rompe com a sina que a família lhe impunha e dispõe-se em uma aventura mundo afora. Seu intuito era a formação acadêmica, pois desde

¹ Trabalho apresentado no GT07 – África, um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia – Distopia dos extremos: Sociologias necessárias, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI – PPGSS/PUC-SP, coordenado pela Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli. pascoalbeatrizda@hotmail.com. Graduada em Teologia e Serviço Social pela Faculdade Unida de Vitória – ES e pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas -FMU, especialista em gestão de projetos sociais pela Faculdade Latino Americana– FLAM.



pequena ouvira de sua mãe, uma mulher simples, trabalhadora do lar³, que infelizmente não teve a “sorte” de frequentar uma escola: “*moname eme ngi quifofo, nge giامي cutanga, eme nge giame cusoneca*”⁴. A súplica da mãe era para que a filha estudasse a fim de evitar o mesmo destino. E, mesmo assim, a mãe entendia que a sina de uma mulher decente era tornar-se trabalhadora do lar.

A jovem mulher levou muito a sério as palavras da mãe, e a formação acadêmica passou a ser uma busca incessante. Mas quais possibilidades ela teria em um país onde a parcela maior do Orçamento Geral do Estado estava destinada à compra de material bélico? Como conseguir formação acadêmica, se os jovens a partir dos 18 anos, salvo exceções em casos de doenças graves, tinham que prestar o Serviço Militar⁵ obrigatório, resultando na escassez de professores no ensino público. Para completar o ensino médio era necessário um sacrifício descomunal, considerando a falta de recursos humanos e materiais em todos os níveis. Na única universidade pública do país na altura, a disputada por vagas era acirrada, tendo em conta que envolvia candidatos das 18 províncias, além de estrangeiros africanos que fizeram de Angola o seu refúgio. A conquista de um diploma universitário, nestas condições, exigia bem mais do que a família dessa jovem poderia ter para construir um caminho seguro de mobilidade social.

Ela não queria ser cega como a mãe, aliás, essa era a única certeza que a motivava a não desistir. Terminou o ensino médio, uma etapa simples para muitos, mas para ela uma conquista sem igual. Foi a primeira de sua família a realizar tal façanha. O que significava ser técnica média? Para muitos, nada. Mas, para ela, foi metade do caminho transcorrido. Em comparação aos pais, que não tiveram condições de escolarização, ela já havia alcançado muito mais.

³Tratamos aqui a trabalhadora do lar como sendo a mulher dona de casa, casada ou não e que trabalha exclusivamente no lar, para a família, sem auferir remuneração pelo trabalho prestado. O que no caso das mulheres angolanas se torna comum, porque muitas famílias africanas tinham como princípio não educar as filhas academicamente, privilégio atribuído aos filhos.

⁴Literalmente: “Minha filha eu sou cega, porque não sei ler e nem escrever” na língua nacional kimbundo, uma das línguas bantu mais faladas em Angola.

⁵Apesar desta obrigatoriedade ser direcionada aos homens, as consequências, as debilidades e dificuldades vivenciadas no país atingiam a todos, pois grande parte do orçamento geral do Estado era destinado a compra de armamento e pouco se investia na educação.



A continuação dos estudos na universidade era uma possibilidade ainda remota, mas viável, movida pelo sonho de fazer algo diferente em prol dos seus e da sociedade.

A filha, desde então, nunca compreendeu as razões da mãe, que apesar de ser cheia de sabedoria, recusava-se a participar das reuniões escolares dos filhos. A vergonha a impedia, e ela não queria o mesmo destino para os filhos. O peso era maior para as filhas, tendo em conta as limitações que as mulheres eram submetidas nas relações sociais, de trabalho e até intersubjetivas. Se os homens tinham o direito à educação para fora, as mulheres, em geral, eram educadas para a vida voltada ao cuidado do lar. Para tanto, precisavam aprender nada mais e nada menos do que cuidar de uma casa, do marido e dos filhos, com tudo mais adjacente. Em Angola, é um fato social a mulher ter que casar-se, cuidar da casa, ter filhos e dar a devida atenção aos familiares. Ao que tudo indica, a cultura levou muito a sério aquilo que foi devidamente denunciado por Beauvoir, em “O Segundo Sexo”, ao afirmar que:

[...] A mulher é mais fraca do que o homem; ela possui menos força muscular, menos glóbulos vermelhos, menor capacidade respiratória; corre menos depressa, ergue pesos menos pesados, não há quase nenhum esporte que possa competir com ele; não pode enfrentar o macho na luta. A essa fraqueza acrescentam-se a instabilidade, a falta de controle e a fragilidade de que falamos: são fatos. Seu domínio sobre o mundo é, portanto, mais estrito; ela tem menos firmeza e menos perseverança em projetos que é também menos capaz de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica que a do homem (BEAUVOIR, 1980, p.54).

Justificativa que não deixa de ser verdadeira ao ser analisada biologicamente, conforme salienta Simone Beauvoir (1980), contudo, usada para justificar os mais diversificados preconceitos contra a mulher. Entretanto, e em sequência, a mesma vai dizer que:

Em verdade, esses fatos não poderiam ser negados, mas não tem sentido em si. Desde que aceitamos uma perspectiva humana, definindo o corpo a partir da existência, a biologia torna-se uma ciência abstrata; no momento em que o dado fisiológico (inferioridade muscular) assume uma significação, esta surge desde logo como dependente de todo um contexto; a “fraqueza” só se revela como tal à luz dos fins que o homem se propõe, dos instrumentos de que dispõe das leis que impõe. (BEAUVOIR, 1980, p.55)



As condições do mundo moderno, como o avanço da ciência e da técnica, as condições biológicas são relativizadas, possibilitando a ascensão da mulher, equiparando-a em todos os sentidos aos homens.

Ah! Ela sabia e não queria só isso para si, por isso, aventurou-se em buscar mais, queria ser mais do que uma técnica média e ajudar outras mulheres a saírem da escuridão do analfabetismo; queria mostrar que um marido não é tudo e que o cuidado do lar seria responsabilidade de todos e não simplesmente da mulher. Queria e quer mostrar que a mulher pode muito mais do que os confinamentos estreitos a que a cultura podia confiná-la.

Nesta busca incessante e de resistência foi que, em 1999, conforme salientado acima, ela saiu de Angola pela primeira vez e se aventurou num país que só conhecia das novelas que passavam de segunda à sexta na televisão em horário nobre. O Brasil ah, o Brasil das novelas era e é bem diferente do Brasil real. Nas novelas, mesmo que as pessoas comessem suas histórias tristemente, elas tinham - quase sempre - um final feliz.

É no Brasil real que ela está tendo a oportunidade de romper com o que estava posto para ela. Contudo, no Brasil imaginário, ela só teria momentos agradáveis, estudaria e completaria a formação acadêmica. Mas a realidade lhe tem mostrado algo diverso, muitas experiências desagradáveis de racismo, discriminação, xenofobia e até violência verbal, de lugares de onde menos se esperava. Os discursos dizem uma coisa, mas com as ações revelam outra, indicativo de uma tensão existencial e estrutural da cultura que a acolheu.

No país de acolhida o sistema imposto maquia a realidade. A realidade mascarada esconde muita coisa, e tudo parece ser o que não se quer ser; o negro é visto como incompetente, a negra só consegue algo porque é “A Queridinha da Professora”. Ser queridinha da professora faz pensar na história do Brasil e no histórico do negro brasileiro. Não tardou para ela perceber que quando os negros chegaram aqui, tinham uma agenda pronta e cheia, feita pelos portugueses, que não encontraram nos indígenas locais a mão de obra desejada. Com as más condições de vida e o trabalho forçado a que foram submetidos, os negros africanos foram reduzidos a animais de carga,



possibilitando a construção no imaginário coletivo a ideia de serem subumanos. Imagem que prevalece nas relações sociais atuais.

Através da experiência desta mulher, no presente artigo pretendemos analisar o fenômeno do racismo institucional, que aparece em discursos de singulares que, guardadas as devidas proporções, perpassa todo o tecido cultural em que o brasileiro se encontra. Propusemo-nos discutir sobre os estereótipos usados para se referir ao homem e à mulher negra; falar sobre o lugar em que os negros foram historicamente confinados, carregando marcas visíveis no corpo e invisíveis na identidade, causadas por todos os tipos de discriminação.

1. “A Queridinha da Professora”⁶

O privilégio de sair de Angola em busca de uma formação de qualidade mobilizou não só a família, como também todos os recursos disponíveis para o fazer; é um sonho a realizar. Se na bagagem trazia poucos itens, na mente muitas ilusões do país desconhecido - Brasil. É no Brasil visto de perto, que “a Queridinha da Professora” descobriu que ser negra é um crime; a negritude é a determinação da inferioridade entre semelhantes e ser mulher negra e estrangeira é ser fugitiva de uma condição desconhecida. Reduzida a condição animal, desprovida de faculdades cognitivas e incapazes de lograr qualquer sucesso por mérito próprio, está condenada a viver de favores e da boa vontade de quem a tenha. O Brasil de tantos brasis é um país de poucos, que condenam as maiorias, vistas como minorias, à miséria, tendo que mendigar direitos como se fossem favores. “A Queridinha da Professora” descobriu a duras penas o país que nunca ouviu falar, porque não passa na TV e nem nas novelas. Mergulhada nesta realidade vê-se obrigada a provar o seu valor intelectual, identitário e cultural, com ou sem favores de terceiros e ter que realizar os sonhos que a trouxeram.

⁶ “A Queridinha da Professora” é um dos rótulos que a mulher da nossa pesquisa ganhou na graduação; e ainda hoje, na pós-graduação, colegas de curso chamam-na da mesma maneira, uma clara indicação de não reconhecerem suas capacidades e dedicação acadêmicas.



Baptista (2007) salienta que, historicamente, o Brasil construiu no exterior a imagem de um “paraíso das raças” e de uma “democracia racial”, onde todos convivem harmoniosamente. Na realidade, isso é uma inverdade, pois, após séculos de escravização dos negros, essa população foi submetida a uma subproletarização expressa na desigualdade observada entre negros e brancos em todos os aspectos da vida social ainda hoje. Buscando entender a trajetória dos imigrantes angolanos na cidade de São Paulo, Costa vai salientar que:

Os africanos continuam sendo vistos como aqueles que precisam ser ajudados, em função do seu não conhecimento; essa é uma inverdade que povoa o imaginário coletivo brasileiro. Muitos imigrantes africanos já vêm graduados e têm contribuído significativamente para elucidar a cultura afro-brasileira. A Europa, a América do Norte, por sua vez, não precisam provar a sua capacidade, porque até fazem parte do Primeiro Mundo, avançado em todos os sentidos, ao passo que a África, o berço da humanidade, com sua pobreza e escassez, só pode querer usurpar aquilo que não lhe cabe; assim pensam muitos brasileiros (2019, p.87).

Não é de estranhar que os discursos legitimadores, à medida que legitimam as práticas de discriminação, mascaram a realidade para confundir e amenizar os conflitos e os interesses de quem de direito. Entendemos que a questão racial afeta possibilidades e define o tipo de lugar para o negro no Brasil. Kaly (2007) vai mostrar que no Brasil:

Quanto mais a pessoa tinha e tem a cor da pele preta, mais inferior ela era e ainda é; não civilizada era e ainda é; e feia era e ainda é. E, como a grande maioria dos estudantes dos países da África tem a cor preta, automaticamente, todos os estereótipos têm a cor da pele como legitimação, e esses passam a ser classificados como inferiores “até que as boas notas começam a cair”. O ser superior civilizado, bonito, inteligente passava e ainda passa pelo fato de estar fenotipicamente e mentalmente afastado de tudo que tem a ver com o ser negro de cor preta [...] as pessoas oriundas da África foram catalogadas como não seres humanos, como nos mostraram os debates sobre a política migratória do Brasil, entre o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século seguinte. A palavra negro passou a ser sinônimo de restrição (p.118-119).

Podemos afirmar que na maioria dos casos, nem mesmo as boas notas isentam os negros africanos no Brasil de serem taxados pelos mais diversificados estereótipos. Neste sentido, como forma de resignação, os africanos tendem a culpabilizar os seus governos que, infelizmente, amantes de si mesmos, orientados pelo pensamento eurocêntrico, estão mais preocupados com o bem estar pessoal em detrimento da população. Pois os recursos que deveriam ser usados para melhoria das instituições de educação e ensino,



instituições sanitárias, na melhoria das condições de habitabilidade, são usadas para benefícios próprios, deixando grande parte da população à mercê da miséria. Por estes motivos, os interessados na formação acadêmica são obrigados a sair de seu país e se submeter aos mais diversos insultos.

A personagem de nosso estudo lembra-se que em sua primeira experiência em instituição de ensino no Brasil havia a obrigação de exercer atividades manuais extracurriculares; estas eram devotadas à manutenção da instituição. Os alunos pagavam as suas bolsas de estudos com os referidos trabalhos manuais que se resumiam em: escritórios, manutenção da pocilga, horta, pomar, jardim e higienização em geral. Os trabalhos mais “vergonhosos” e pesados eram “exclusivos” para os africanos, tudo velado por um discurso que visava a formação de caráter. Vivia-se como se os africanos precisassem ser civilizados por meio desses trabalhos; nenhum caráter anterior era suficientemente bom para o pleno exercício de qualquer outro trabalho na instituição. Por exemplo, jamais se incumbiu um trabalho de secretariado ou na tesouraria a um negro.

Na instituição em causa, no princípio, ela não entendia por que os trabalhos mais pesados eram atribuídos aos negros e africanos. Por que o cuidado da pocilga era trabalho só para os negros? Por que os trabalhos que os outros faziam em quatro ou cinco, para os negros e africanos devia ser feito por um ou, quando muito, por dois? Tinham de lavar todos os banheiros, limpar os refeitórios que acolhia mais de 300 pessoas. Para a liderança aquilo “era só tratamento de Deus na vida dos africanos”, mas em conversas entre africanos, ficou patente a intenção, muito bem explicitada pela narrativa de uma mulher imigrante que vive na cidade de São Paulo, quando afirma:

Aos estrangeiros dão os trabalhos mais pesados e se o gerente não gostar dos negros, aí é pior, vai te fazer sofrer[...] eu tenho de limpar o prédio inteiro sozinha. Só uma pessoa para limpar todo prédio, você começa no sexto andar, começa a limpar tudo até em baixo. Tem pessoas que querem trabalhar, num prédio, você podia colocar pelo menos três pessoas, um podia limpar os vidros, outro dia você podia vir e dizer: hoje vamos fazer só limpeza leve. Às vezes você quer trabalhar, te dão ainda vidros para limpar o que acaba com as pessoas, mexendo as mãos por horas, às vezes você chega num momento em que mal consegue mexer as mãos, porque de tanto limpar você não consegue trabalhar mais. Isso só podemos dizer que é o tempo da escravidão, não só para os africanos, mas aqui no Brasil inteiro, até mesmo os brasileiros estão a sofrer essas coisas aqui (COSTA, 2019, p.96).



Entre os trabalhos pesados, chamava nossa atenção o fato de que no Brasil real, quando um ônibus está lotado, as pessoas preferem fazer a viagem em pé a ocupar a poltrona vazia ao lado de uma pessoa negra. E os relatos só se multiplicam: os negros de nossa convivência passam por experiências parecidas e ainda piores. Então, dá para entender que esse tipo comportamental não faz jus à tão sonhada democracia racial que tanto se proclama fora do Brasil. A história segue o seu curso, os mesmos hábitos continuam e tendem a se perpetuar. Isso nos remete a experiência de Fanon (2008):

[...] No trem, ao invés de um, deixavam-me dois, três lugares. Eu já não me divertia mais. Não descobria as coordenadas febris do mundo. Eu existia em triplo: ocupava determinado lugar. Lá ao encontro do outro... e o outro, evanescente, hostil, mas não opaco, transparente, ausente, desaparecia. A náusea... (p.105)

A realidade relatada por Fanon faz parte do cotidiano dos negros no Brasil real; faz doer o coração perceber que esse distanciamento humano em função da cor da pele tende a normalidade para ofuscar e camuflar as tensões daí resultantes. Então, o não se sentar ao lado dos negros nos transportes públicos, ou constatar que os lugares próximos a “pessoas de cor” são os últimos a serem ocupados, ou ainda, que uma pessoa branca se recuse a aceitar o assento cedido por um preto, por mais bizarro que seja, passou a ser despercebido; os cidadãos normatizaram, naturalizaram tais práticas. Em 2019, quando da realização da dissertação⁷, a mulher angolana que tematizamos no nosso artigo, teve em sua pesquisa uma participante que afirmou:

Você vai ver que as vezes você sobe no ônibus, você é negra, se você se sentar, todos os que entrarem não vão sentar aí onde você se sentou! Vão trocar de lugar, até o ônibus ficar cheio e se aparecer alguém cansado, só assim os lugares próximos são ocupados (COSTA 2019, p.94).

Soma-se a isso o discurso perverso que associa a cor à sujeira e aos maus cheiros, à podridão. Qualquer mau cheiro em um ambiente público seja de flatos ou qualquer outra coisa que o cause, os olhares acusativos tendem sempre

⁷ Modo de vida dos imigrantes africanos na cidade de São Paulo: A trajetória dos angolanos.



a voltar-se aos negros. “Somos todos fedidos”, diria a entrevistada de Costa (2019). Nas palavras de Fanon:

Preto sujo! ou simplesmente: Olhe, um preto! Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos (2008, p.103).

Não é de estranhar que os discursos legitimadores, à medida que legitimam as práticas de discriminação, mascaram a realidade para confundir e amenizar os conflitos e os interesses de quem de direito. Importante salientar que essa ideologia está ligada aos sistemas teóricos (políticos, morais e sociais) criados pela classe social dominante. Entendemos, portanto, que as ideias e representações sociais presentes na sociedade capitalista são produtos de dominação da classe burguesa sobre o proletariado. Vale ressaltar que:

As ideias da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes [...]. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam (MARX E ENGELS, 1999, p. 72).

Presentes nas ideologias estão também as religiões que contribuem para manter a dominação burguesa, já que, historicamente, reproduzem ideologias de conformismo e, ao mesmo tempo, alienantes. O que não se leva em conta, é o que diz Chauí, que no capitalismo, não há coisa alguma e pessoa alguma que escape da condição de mercadoria, não tendo como ser retirado do circuito da circulação mercantil (CHAUÍ, 2000, p.12.). A autora ainda aborda que:

A ideologia afirma que “de fato” (e infelizmente) há divisões de conflitos sociais, mas a causa desse “fato injusto” deve ser encontrada em “homens injustos” (o mau patrão, o mau trabalhador, o mau governante, as más alianças internacionais etc.). (Id., 2011. p.31).

A classe que domina o poder econômico também é detentora do poder ideológico e dissemina suas ideias e valores por meio da moral, mas, “embora não represente os valores de toda a sociedade, a moral dominante se reproduz ideologicamente como tal, afirmando que é porta voz do bem comum” (BARROCO, 2017.p.29).



De forma preconceituosa, os negros no mundo são maltratados, culpabilizados e responsabilizados pela situação social em que se encontram; situação essa que atinge a maior parte da população negra e pobre espalhada pelos mais diversificados lugares. Além disso, percebemos que as relações com os negros se dão na base do preconceito. Quanto a isso, o autor salienta que “o preconceito decorre do comportamento do indivíduo que julga imediatamente uma situação, avaliando-a em função de sua aparência de estereótipos e, sem refletir e comprovar a veracidade do julgamento passa a discriminar os demais” (Ibid., p.31). Ressaltamos também que:

Crer em preconceitos é cômodo porque nos protege de conflitos, porque confirma nossas ações anteriores. Mas, muitas vezes, o mecanismo é também indireto: nossa vida, que não pode alcançar seu objetivo em sua verdadeira atividade humano-genérica, conseguem então um ‘sentido’ pleno no preconceito (HELLER, 2016, p.75).

Existe uma relação de desigualdade estabelecida na sociedade capitalista onde as relações de poder se fazem sentir em todos os serviços, onde as debilidades do sistema são imputadas ao indivíduo como causador e culpado pelas falhas, relações que nos levam a questionar sobre quais os limites da submissão humana à lógica do capital. São claros os processos de humilhação cotidiana e de sofrimentos desencadeados pela inserção em um sistema de produção cujos valores de competitividade, individualidade e seletividade são centrais.

Podemos perceber que a história do negro se repete: os negros sofrem com as acusações de serem causadores de violências, portadores e causadores de doenças, são acusados ainda de serem preguiçosos e de viverem à custa dos outros. Baptista (2007) abordou o estilo de vida dos angolanos em São Paulo e salienta que a vida destes:

Tornam-se a expressão da segregação, emaranhando-se com a de grande parte da sua população pobre, urbana, negra, que estuda com dificuldades, trabalha e vive no limiar da sobrevivência (p. 107).

Não são poucas as dificuldades que os negros têm de enfrentar no Brasil e em outros países onde se percebe uma valorização dos indivíduos segundo a cor da pele. Pesa a questão do preconceito que, embora, nos termos de Heller, possa ser constitutivo da dinâmica da vida social, torna-se ainda mais agravado,



no caso do preconceito racial. Posto que impõe inúmeras dificuldades de acesso ao mercado de trabalho por exemplo. Por essa razão, a cor da pele e o próprio histórico do negro no país, e ainda do lugar que muitos ocupam nos postos de trabalho, deixa nítida a diferença no trato e parece que existem lugares onde cada um pode e deve firmar-se. Heller acrescenta que:

A maioria dos preconceitos, embora nem todos, são produtos das classes dominantes, mesmo quando essas pretendem, na esfera para-si, contar com uma imagem do mundo relativamente isenta de preconceitos e desenvolver as ações correspondentes. O fundamento dessa situação é evidente: as classes dominantes desejam manter a coesão de uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas) (1972, p.54).

No Brasil o indivíduo negro foi e continua sendo culpabilizado pelas mais difíceis situações que vivem no cotidiano. Não importa de onde tenha vindo, o que faça e como o faça, terá de provar sempre além do necessário. Tem de provar ser um excelente trabalhador, tem capacidade para estudar sem precisar de favores de outrem, ele é tão humano quanto o homem branco. Na obra de Fanon, ele aborda ainda que:

Os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos. Mas eu sabia que, no meu caso, essas afirmações eram falsas. Havia um mito do negro que era preciso, antes de mais nada, demolir. Não estávamos mais no tempo em que as pessoas se impressionavam diante de um padre preto. Tínhamos médicos, professores, estadistas... Sim, mas em todos esses casos algo de insólito persistia. Nós temos um professor de história senegalês. Ele é muito inteligente... Nosso médico é um negro. Ele é muito cordial (2008 p.109).

A “queridinha da professora” é uma mulher negra, que tem de provar sempre além do necessário, tem de estudar muito para obter boas notas, tem de ler muito para conseguir falar bonito. Aliás, as boas notas não dependem do favor dos professores, mas são frutos de tardes de leituras e de noites mal dormidas. Ela é queridinha por ser amável e tratar as pessoas do mesmo modo que ela gostaria de ser tratada. Ela precisa de uma mãozinha para cuidar mais e amar sempre, e isso, independe da cor de sua pele. Isso é ser humano. Mas “a queridinha da professora” é o rótulo que lhe tira todo seu processo de resistência, demonstrando a recusa dos rotulantes de aceitarem as suas competências acadêmicas.



Ser “a queridinha da professora” sempre se fez sentir quando no percurso acadêmico com as melhores notas, logrando os melhores elogios das professoras pela dedicação. Pois bem, “a queridinha da professora” nunca soou como elogio, mas como fala depreciativa, considerando que ela, no imaginário dos seus rotulantes, só lograva as melhores notas por favores e não por competência. É difícil compreender esta perspectiva, de que ela tenha chegado aonde está, com uma trajetória universitária brilhante, apenas por implorar favores alheios de terceiros; que o seu reconhecimento seja fruto de favorecimento displicente dos docentes. Mas está evidente que sua competência intelectual a levaram a chegar onde está: no doutorado. A despeito do rótulo: “a queridinha da professora”, a sua competência se fez valer, a aceitação e a inclusão dela nos grupos de estudo resultaram da evidente dedicação e compromisso acadêmico. Tal foi a experiência de Ribeiro:

Dessa mesma premissa deriva o imperativo de não tratar pessoas negras com condescendência. Lembro que uma vez, quando trabalhava como secretária numa empresa do porto de Santos, e fiz algo bastante corriqueiro: respondi a um e-mail. Fiquei surpresa ao ver a reação de alguns colegas, que me aplaudiram por eu ter escrito bem um texto. Eu havia cursado três anos de jornalismo, já tinha publicado artigos em revistas e jornais, portanto um e-mail não era motivo para aplausos. Quando eu cursava filosofia, um colega se mostrou muito surpreso por eu ter tirado uma nota maior que a dele num trabalho e sugeriu que era porque o professor gostava de mim. Outro colega insinuou que me daria à parte mais fácil de um trabalho ‘para me ajudar’. Experiências desse tipo me fizeram compreender que elogios podem significar condescendência. (2019, p.13).

É difícil promover igualdade quando a sociedade produz desigualdades. Mas esta é a forma pela qual o capitalismo se firmou, contudo, acreditamos que tudo isso pode ser vencido na base do enfrentamento dos retrocessos que acarretam este sistema de ideologias conservadoras em que se firma e permeia nossa sociedade, pois:

Os negros são alvos de discriminações e preconceitos. Um grande contingente de estudantes africanos que vêm para o Brasil e que se fixam na cidade de São Paulo, inserem-se nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades desse estado. Os estereótipos e imagens negativas existentes com relação à África refletem no modo como esses angolanos são tratados na academia, mostrando o racismo sofrido por serem negros e africanos, remetendo a problemática do que é ser negro no Brasil. O racismo pronuncia-se, independentemente de serem negros estrangeiros ou brasileiros e,



certamente, acentua-se mais quando associado à classe social (BAPTISTA, 2007, p.108).

A jovem que se propôs a não ser “cega” por incentivo da mãe, vive lutando e buscando cumprir com suas obrigações, pois aprenderá que, apesar de saber falar, apesar de já não ser cega como a mãe, essa jovem mulher vive lutando e fazendo sempre além do necessário. Porque no contexto de discriminação, para o negro ser bom é muito pouco, é preciso ser excelente. Ela continua resistindo, pois, resistir se faz necessário, desistir... jamais.

Há diversas situações relacionadas ao constrangimento na vivência motivada pela cor da pele. É comum ouvir nos círculos acadêmicos universitários que a questão da raça está resolvida, mas, no cotidiano, aquele que tem a cor da pele preta denuncia as diversas situações que enfrenta no cotidiano na metrópole paulista, mas não só. São vários os estereótipos relacionados ao negro no Brasil, e variadas situações de depreciação dos negros pelo país.

Considerações Finais

O racismo é um traço estruturante da formação histórica brasileira. Ao mesmo tempo em que é constitutivo das relações intersubjetivas nas dinâmicas sociais atuais. Ele se expressa no cotidiano dos grupos sociais que engendram o fluxo da história, no modo de vida coletiva. Nós, os pretos, somos seres humanos cansados de sofrer, desgastados com as perversidades dos que nos têm como inferiores em virtude da cor da pele. Se temos alguma exigência, só pedimos que nos respeitem como somos: humanos. Isto não é vitimismo e nem autocomiseração, é o real sofrimento causado pelo preconceito.

O mau uso das palavras fere mais do que as facas, então uma palavra mal colocada, um rótulo por exemplo como “A Queridinha da Professora” pode parecer brincadeira para quem rotula mais não foi brincadeira nenhuma para quem foi rotulado. Isso abriu fendas, causou feridas na identidade e no caráter desta pessoa e lidar com isso é a crise que os africanos têm de aprender a negociar com esta cultura, para se manter vivo identitariamente e em alguns casos chega a morrer identitariamente, porque assume o outro nele.



Contudo, a subjetividade do indivíduo desaparece diante da cor da pele e da condição social. A luta contra o racismo não é pauta unicamente do preto, pobre e favelado, mas é responsabilidade de todos. Os pretos lesados pelos mais diversificados estereótipos por causa da cor da pele erguem a bandeira contra a intolerância porque é insuportável. É necessário que a luta se faça de forma coletiva, entre os privilegiados e os lesados; esse deverá ser o caminho viável da vitória. Por fim, este trabalho “a queridinha da professora” cumpre o papel de denunciar o racismo ainda camuflado no contexto acadêmico, profissional e social enfrentado pelos pretos no Brasil real.

REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia S. **Ética em Movimento**: História e História. Brasília 5ª CFESS, 2017.
- BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, n. 17, p. 103-118. 1º sem. 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Trad. Sérgio Milliet. Ed. Nova Fronteira, 1980
- CHAUI, Marilena. Brasil: **Mito Fundador e a Sociedade Autoritária**. Ed. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas, 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COSTA, Beatriz A. P. **Modo de vida dos imigrantes africanos na cidade de São Paulo: A trajetória dos angolanos**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Ed. EDUFBA. Salvador, 2008.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 11ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro/ São Paulo. 2016
- MARX, Karl; Engels, Friedrich: **A Ideologia Alemã (I- Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 10ª edição. Editora HUCITEC. São Paulo, 1999.
- RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.